

Novos comentários sobre a qualidade arquitectónica residencial

Melhor Habitação com Melhor Arquitectura XII: A adaptabilidade arquitectónica no habitar - II

Artigo de António Baptista Coelho

Nota importante: Por se tratar de um artigo com cerca de 20 páginas foi dividido em duas partes e editado na semana passada e nesta semana, juntando-se um índice para orientação: a “bold”/negrito a parte do artigo editada esta semana.

Habitação e Arquitectura XII: A adaptabilidade arquitectónica no habitar- Parte I

Índice

- 1 Soluções urbanas e residenciais versáteis e adaptáveis
- 2 Aspectos estruturadores da adaptabilidade
- 3 A adaptabilidade, da habitação, à vizinhança e ao bairro
- 4 Estratégias de adaptabilidade
- 5 A adaptabilidade nos espaços públicos e edificados**
 - 5.1 A adaptabilidade nos espaços públicos
 - 5.2 A adaptabilidade na VP e na relação VP/Ed
 - 5.3 A adaptabilidade nos espaços edificados
 - 5.4 Adaptabilidade doméstica
- 6 Carácter e importância da adaptabilidade
- 7 Notas de reflexão e para desenvolvimento sobre a adaptabilidade arquitectónica residencial



Fig. 08

5. A adaptabilidade nos espaços públicos e edificados

A adaptabilidade é, assim, uma qualidade obviamente muito importante ao nível dos espaços domésticos, ainda que inacreditavelmente pouco considerada na respectiva concepção, e cuja importância nos espaços públicos fica muito clara, quando estudamos a história de troços urbanos que mantiveram, ou mesmo reforçaram, gradualmente, o seu carácter e a sua importância urbana ao longo de longos períodos temporais.



Fig. 09

5.1 A adaptabilidade nos espaços públicos

Sendo uma qualidade aparentemente pouco significativa no domínio público, a adaptabilidade, frequentemente associada a uma equilibrada espaciosidade dos perfis urbanos (transversais e longitudinais), está correntemente associada a uma vitalidade “excepcional” e civicamente muito expressiva de determinados troços urbanos, que, ao longo do tempo, conseguiram desenvolver a sua qualificação cidadina, adequando-se periodicamente a novos usos, equipamentos e traçados de trânsito, mas sem perder o seu carácter e interesse original; uma matéria que sem dúvida justificará adequado desenvolvimento posterior.

Sobre este aspecto importa, desde já, considerar uma adaptabilidade estruturante, muito relacionada com o tráfego de veículos e com a polarização por equipamentos, e uma outra que se joga fortemente ao nível do pormenor e que se liga ao favorecimento de usos predominantemente pedonais e que tem aspectos ligados: a espaços em reserva ou sobredimensionados; estratégia geral; favorecimento do peão (dentro de opções de concepção estratégica/futuro); etc.



Fig. 10

5.2 A adaptabilidade na Vizinhança e na sua relação com o Edifício

Na vizinhança urbana e residencial a adaptabilidade liga-se, de forma global, a uma essencial miscigenação entre um carácter residencial/doméstico e um sentido “aberto” e solidário de urbanidade e de pertença a uma urbanidade mais global.

Mas também na vizinhança urbana e residencial a adaptabilidade deve servir à desejável e benigna aliança entre usos predominantemente pedonais e circulação funcional de veículos.

E naturalmente que, aqui nas vizinhanças, a adaptabilidade/versatilidade é uma condição essencial de sustentabilidade funcional, numa controlada aceitação de mudanças de usos que favoreçam uma rápida consolidação e vitalização urbana, assim como a sua manutenção e consolidação ao longo do tempo; condição que será cumprida pela previsão de potenciais mudanças de uso, por exemplo, entre habitação e comércio, e vice-versa, desde que tais mudanças façam sentido em termos de continuidades e/ou pequenos pólos urbanos.



Fig. 11

5.3 A adaptabilidade nos espaços edificados

A adaptabilidade no edifício coloca problemas de acordo/harmonização entre vizinhos, mas pode ter virtualidades significativas, por exemplo, no que se relacione com a integração de novas instalações comuns (ex., ascensores) e com a mudança de usos de pisos térreos ou de determinados espaços comuns (ex., entrada, patins espaçosos, terraços), que poderão reflectir, por exemplo, uma evolução dos laços de convívio entre os condóminos ou mesmo uma evolução

urbana activa e contígua.

E naturalmente que a adaptabilidade no edifício terá de ter em conta as referidas e potenciais mudanças de uso entre habitação e comércio, assim como, por exemplo, eventuais subdivisões ou fusões de habitações.

Em termos de imagem pública a adaptabilidade do edifício é matéria importante e bastante complicada, designadamente, quando referida à questão do encerramento de varandas com janelas envidraçadas (“marquises”); sendo essencial respeitar a imagem que foi projectada para cada edifício, ainda que se considere ser perfeitamente possível e quem sabe até recomendável a frequente utilização conceptual da figura das “marquises”, desde que devidamente concebida no projecto original do edifício, participando positivamente dessa imagem e contribuindo activamente para o conforto ambiental das respectivas habitações, designadamente, através de estratégias de aproveitamento passivo da energia solar.



Fig. 12

5.4 Adaptabilidade doméstica

No que toca ao interior do habitar (edifício e fogo), provavelmente a grande aposta está no inventar de novas tipologias, adequadas às novas famílias e

designadamente às cada vez mais numerosas pessoas sós e neste nicho exigencial, designadamente, aos idosos sós; e nesta matéria não basta dizer, por exemplo, que se deve continuar a morar nos mesmos sítios, há que reinventar soluções e sítios para se viver melhor sozinho, no seu fogo, e acompanhado, no seu edifício e na sua vizinhança. (10)

E nestas matérias recomenda-se o estudo das soluções projectadas por Herman Hertzberger para grandes edifícios para a “terceira idade” (divulgadas no seu “Lições de Arquitectura”), que harmonizam a apropriação/identidade das “células” individuais com um reforçado e dinamizador espírito gregário, numa positiva simulação de uma pequena cidade bem protegida e expressiva, mas equilibradamente, convival, integrada por vários tipos de apartamentos mínimos.

Ao nível das habitações as adaptabilidades passiva e activa são qualidades essenciais para a satisfação de quem habita, relacionando-se com aspectos de capacidade e funcionalidade (por exemplo, através de corredores largos e multifuncionais) e dependendo de uma adequada e múltipla programação prévia do projecto, com reflexos directos na sua cuidadosa pormenorização.

A adaptabilidade doméstica passiva é marcada pela neutralidade funcional e proporciona organizações e dimensionamentos adequados a um amplo leque de actividades domésticas e até ligadas ao trabalho em casa, perfeitamente possíveis sem obras complementares; um exemplo bem conhecido deste tipo de estratégia é a habitação com corredor a eixo distribuindo para compartimentos de um e outro lado, com dimensões sempre adequadas a um amplo leque de usos e oferecendo ainda a possibilidade de ligações directas e alternativas entre eles (por exemplo, através de vãos largos e golas).

Uma adaptabilidade doméstica mais activa passará por “mecanismos” versáteis e simplificados que assegurem a conjugação ou a separação rápidas entre espaços, por exemplo através de longas portas de correr, proporcionando-se a expressiva e rápida transmutação da configuração e do próprio carácter do espaço doméstico. E nesta perspectiva podemos ter ainda uma adaptabilidade “hiperactiva”, marcada por grandes dispositivos embebidos na própria massa da construção e que, por exemplo, possam fazer desaparecer todo o conteúdo de arrumação e de equipamentos da habitação e/ou possam proporcionar a subdivisão doméstica das mais diversas formas.

Naturalmente que também uma adaptabilidade doméstica mais activa passará por soluções em que, no início da ocupação, os moradores escolhem a sua própria organização doméstica, tendo por soluções fixas apenas os núcleos de equipamentos de cozinha e sanitários, considerando-se que nesta opção as obras de subdivisão realizadas deverão ser facilmente reversíveis e alteráveis posteriormente, à medida que a família muda ou à medida de outras famílias.

Finalmente, e ainda nesta perspectiva de adaptabilidade por evolução e por subdivisão, poderemos ter soluções de evolução por extensão, através da criação de novos espaços domésticos; uma solução bastante adequada ao crescimento de edifícios unifamiliares, mas que pode ser também aplicada numa perspectiva de “crescimento” num espaço fechado previamente existente - por exemplo através do posterior acabamento de um amplo espaço deixado em desvão num sótão ou numa cave.

E no que se refere à variedade tipológica no próprio fogo considera-se que o caminho a seguir deve ser duplo: disponibilização maximizada de um amplo leque de tipologias de base; e proporcionar/facilitar um leque razoável e maximizado de capacidade de adaptabilidade em cada uma das tipologias de base.

O resultado será, naturalmente, uma grande diversidade de soluções domésticas pormenorizadas; e afinal, será também a este último nível do pormenor que se poderá complementar e enriquecer ainda a variabilidade tipológica doméstica, e tudo isto com evidentes vantagens para a visada apropriação e a humanização das soluções de habitar.

Um último aspecto que aqui apenas se irá aflorar é o da relação entre o potencial de adaptabilidade doméstico e as questões ligadas ao respectivo dimensionamento, e nesta matéria importa sublinhar que a questão dimensional, em termos de dimensões mínimas ou melhor dito recomendáveis é fulcral para que os compartimentos (quartos, salas, cozinhas e casas de banho) e espaços domésticos (átrios, corredores, varandas, etc.), possam ser utilizados das formas mais diversas, podendo mesmo a questão do dimensionamento mínimo ser contraproducente porque inviabilizadora de adaptabilidade a um custo idêntico ao do dimensionamento adaptável.

Mas nesta matéria haverá ainda que considerar, quer a questão do dimensionamento em área de cada compartimento - em termos das áreas

mínimas e desejáveis -, quer o dimensionamento global de cada tipo de habitação (tipo aqui referido ao respectivo número de quartos de dormir). Nesta matéria apenas se refere o que acima se apontou para o dimensionamento mínimo ou recomendável, e que tem a ver com o custo muito reduzido que pode ter um significativo acréscimo dimensional/de áreas estrategicamente distribuído como factor de adaptabilidade e não implicando gastos suplementares em termos de equipamentos, instalações e revestimentos especiais; e deixa-se apenas a título de elemento para discussão um comentário de Henrique Oliveira Sá (1975), que considera “como área útil mínima de uma habitação durável, não evolutiva, um número na ordem dos 70 m², admitindo-se que com esta superfície é já possível prever uma satisfação ao menos a curto prazo e soluções de compartimentação interior compatíveis com diferentes formas de viver - ou vir a viver.” (11)



Fig. 13

6. Carácter e importância da adaptabilidade

A razoável objectividade da adaptabilidade é clara, e as ferramentas da sua medida, tanto ao nível urbano como no doméstico, também não são difíceis de desenvolver; exige, portanto, um cuidadoso e prospectivo projecto.

Quanto à importância da adaptabilidade ela é óbvia, tanto para o enriquecimento do carácter e do conteúdo funcional de determinados espaços urbanos, como para uma adequada e prolongada adequação à sequencial mudança dos modos de

vida e da apropriação espacial e funcional das habitações, quer por cada agregado, quer por diversos agregados.

Um aspecto que não é excessivo salientar refere-se à necessidade de programação da adaptabilidade urbana e edificada, desde o nível do projecto, condição esta que obriga a grandes cuidados de programação, designadamente, urbana, para se evitarem riscos de descontinuidade e desvitalização; que, por exemplo, não arrisquem criticamente o presente (ex. caso de lojas “emparedadas” em locais-chave), por potenciais más influências nos usos humanos e urbanos contíguos.



Fig. 14

7. Notas de reflexão e para desenvolvimento sobre a adaptabilidade arquitectónica residencial

Em termos de reflexão geral apuram-se, para já, os seguintes aspectos.

O aprofundar dos processos mais adequados de adaptabilidade urbana e doméstica exige um continuado mergulho nos modos de viver e de usar a cidade, a vizinhança e a habitação, com naturais referências aos modos como esses diversos níveis do habitar foram mudando e se foram adaptando ao longo dos tempos e aos novos usos e habitantes.

Como exemplos relativamente recentes desta cooperação no habitar refere-se um trabalho coordenado por David Seamon (12), intitulado “Dwelling seeing and designing”, que integra catorze ensaios de arquitectos, filósofos, paisagistas e geógrafos, que aprofundam os modos como as pessoas podem ver e compreender os ambientes naturais e construídos de uma forma mais perceptiva, refere-se, também, a interessante reflexão coordenada por Sergio Marsicano (13), sobre os espaços de apoio à saúde e a sua fundamental caracterização “residencial” e humanizada, associando a perspectiva de um arquitecto, de um psicólogo, de um pedagogo e de um sociólogo (ex., a necessidade do desenvolvimento de uma “casa-amiga” e não da tradicional “casa de repouso” no caso dos idosos dementes), e, finalmente, indica-se a obra “a dois” de Jean Baudrillard e Jean Nouvel, um filósofo e um arquitecto, sobre o tema da singularidade (14).

Considerando-se que a cidade adaptável é “à escala” macro pouco dominável mas tem que ser prevista caso contrário a cidade parará, e tendo em conta que a adaptabilidade na habitação é aquela mais simples de prever, embora como se disse seja rara (os promotores referem fazer sempre o mesmo “produto”), fica de certa forma a questão da adaptabilidade no edifício residencial, e se neste se descartar a “simples” adaptabilidade nas “moradias”, ficamos com a perspectiva do aprofundamento de um multifamiliar adaptável .

E lembramos Georges Pérec (15): “Sim, a coisa poderia começar assim, aqui, deste modo, de uma maneira um pouco pesada e lenta, neste lugar que é de todos e de ninguém, onde as pessoas se cruzam quase sem se ver, onde a vida do prédio ecoa, longínqua e regular.”

Lembrando também a importância do desenvolvimento de espaços e ambientes versáteis, que se possam acomodar a diversos tipos de usos e de habitantes e a uma flexibilização espacial e ambiental que propicie a adequação a diversas (ou “outras”) condições de habitat.

Todos estes possíveis desenvolvimentos terão muito a ver com as novas formas de habitar e as novas formas de cidade/bairro: por exemplo a habitação assistida, o trabalho habitado; a casa escritório.

E em tudo isto se sublinha a grande importância da adaptabilidade, do conforto, da densidade e da verdadeira adequação a diversas situações, desejos e necessidades habitacionais; e há ainda o verdadeiro suplemento de alma e

reserva de apoio à concepção, proporcionada pelas cidades e casas da imaginação e da ficção.

Provavelmente o “segredo” do melhor habitar casas e sítios de trabalho está em incentivar a permanência funcional e o mais possível agradável e estimulante das pessoas em todos esses sítios, fazendo-os, de certa forma, entrar numa positiva concorrência pela permanência/uso humanos.

E sublinha-se, finalmente, como última reflexão, a importância evidente da adaptabilidade residencial e urbana como importante factor de sustentabilidade social.

Notas:

10 Exemplos de fontes sobre a matéria: Antas Studio Residence, A vida em pleno - Sem divisões (página promocional), Amorim Imobiliária, Somague Imobiliária, Público, 28 Novembro 2004; Astron Hotels, “Suite Hamburg”, Hamburgo, brochura, s.d.; Autoria não definida, “Clube de Repouso Casa dos Leões, Carnaxide”, Diário de Notícias, DNA , n.º 454, 2 Agosto 2005; Emília Ferreira, “Idosos com assistência domiciliárias através do telefone”, Público, 11 Agosto 2004; Natália Filipe, “Idosos procuram lares cada vez mais tarde”, Público, 6 Novembro 2003; Luísa Pinto, “«Um miminho que Deus me deu» - Lar de idosos com gestão original em Lordelo do Ouro (Porto)”, Público, 22 Fevereiro 1999.

11 Oliveira Sá, em Política da Habitação, 1975, p.18.

12 David Seamon, (ed.), “Dwelling, Seeing, and Designing: Toward a Phenomenological Ecology”, 1993.

13 Sergio Marsicano, (dir.), “Abitare la cura: Riflessioni sull'architettura istituzionale, 2002.

14 Jean Baudrillard e Jean Nouvel, “Architettura e nulla oggetti singolari”, 2003.

15 Georges Pérec, “A Vida Modo de Usar”, Lisboa, Editorial Presença, trad. Pedro Tamen, 1989 (1978), p.19, (“Escada, 1”).

Infohabitar a Revista do Grupo Habitar

Editor: António Baptista Coelho

Edição de José Baptista Coelho

Lisboa, Encarnação - Olivais Norte

Infohabitar, Ano VII, n.º 349, 05 de Junho de 2011

Etiquetas: a adaptabilidade na habitação, adaptabilidade, antónio baptista coelho, architecture housing quality, qualidade arquitectónica, qualidade arquitectónica e satisfação residencial